

Recensão ao Livro *A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço latino-americano nos séculos XIX-XX*.

Vechia, Ariclê, & Ferreira, António Gomes (orgs.) (2016). *A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço latino-americano nos séculos XIX-XX*. Curitiba: UTP, 280 pp.

O ponto de partida para a recensão crítica de (mais) um livro editado pela Universidade Tuiti do Paraná, foi o convite que me foi endereçado pelos autores/organizadores do livro para proceder à sua apresentação, em Portugal, no Colóquio Internacional *Um século de Educação: Transformações e Memórias*, uma iniciativa do Grupo de Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra (GRUPOEDE, CEIS20, UC), que ocorreu no dia 13 de novembro de 2017, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação daquela Universidade.

Na primeira leitura que realizei, desde logo se evidenciaram duas ideias que contribuíram, de algum modo, para circunscrever a presente recensão. A abordagem densa e complexa que os organizadores/autores, Ariclê Vechia e António Gomes Ferreira, adotam na análise da problemática da criança e da sua escolarização no espaço latino-americano aquando da apresentação do livro, transformando esta no seu primeiro texto. A segunda ideia forte que se retém da primeira leitura destes dez textos – isto se considerarmos como tal a apresentação referenciada –, é a feliz diversidade, em diferentes perspetivas, que o livro consubstancia, sem prejuízo da sua unidade, bem como das abordagens que incorpora. Dimensões que a presente recensão pretende dar conta.

Verificamos, previamente, a existência de uma total paridade entre autores e autoras, em contraponto à sua nacionalidade. Neste aspeto surgem três países com dois autores cada, casos da Colômbia, do México e de Portugal, depois, com apenas um autor, a Argentina e o Chile e, finalmente, o Brasil com um total de três autores. Na distribuição espacial dos estudos, destaca-se novamente o Brasil com quatro, depois a Colômbia e o México com dois estudos cada e, finalmente, um dedicado à Argentina e outro ao Chile.

O título do livro remete-nos para abordagens que se situam entre os séculos XIX e XX, contudo o arco temporal pode ser cingido dado que a totalidade dos textos se situa entre 1890 e 1950. O seu tempo de análise varia, repartindo-se, de modo desigual, por três categorias. Na primeira, um conjunto deles incide sobre os séculos XIX e XX, num total de quatro, distribuindo-se pelos períodos de 1890-1911, 1890-1930, 1899-1911 e, um último, entre 1900 e 1950. Apenas um, de todo o conjunto de textos, se situa nas duas primeiras décadas do século XX. Finalmente, uma terceira categoria, entre a década de 20 e meados do século XX, com textos que se debruçam sobre os períodos de 1920-1930, 1920-1940 e 1934-1935, perfazendo os restantes três textos.

O conjunto de textos conduz-nos, como os próprios organizadores/autores refletem na apresentação do livro, à problematização do modo de vida dos primeiros anos e de quanto este decorre da necessidade de sobrevivência da espécie, mas, igualmente, das condições materiais e simbólicas de existência das sociedades. A relação da criança com a escola, pelo viés da escolarização, espelha as características dos projetos culturais dominantes e estrutura-se em função dos interesses dos que se apropriam dos recursos disponíveis.

Projetos culturais forjados na diversidade social, cultural e geográfica da América Latina configurados por um passado colonial comum – Espanha e Portugal –, que adquire visibilidade nas formações sociais e culturais por via da língua e da religião, acolhendo grande diversidade étnico cultural assente nas profundas raízes culturais indígenas caldeadas em elementos culturais de povos oriundos do norte de África e das vagas de migrantes internacionais. As identidades socioculturais resultam do jogo de uma multiplicidade de variáveis, e.g., passado colonial, lutas pela independência, composições étnico-culturais, grau de abertura à modernização, enfrentamentos político-ideológicos, tendo como pano de fundo os problemas económicos e sociais e as adequações aos territórios (morfologia, recursos naturais).

Neste sentido, os projetos culturais, enquanto processo, configuram os projetos educacionais elaborados para as crianças em cada país, cuja situação educacional traduz tanto o lugar que ocupam na comunidade, bem como a capacidade desta se abrir e relacionar com outros espaços e culturas. É a escolarização que se encontra, ao longo das páginas de *A criança e a escolarização*, em análise. É inquestionável que estes países têm participado no processo educacional modernizador e que a escolarização se tem vindo a consolidar para o que tem contribuído a instituição e reforço do Estado-nação e a disseminação de uma cultura que sustenta o processo civilizacional (racionalismo burguês, valorização da capacitação do indivíduo, apropriação de saberes instrumentais mais adequados ao controlo de recursos e do crescimento económico), emergindo discursos, políticas e práticas que têm procurado alinhar

o alargamento da população escolar; contudo as condições materiais de existência têm jogado em desfavor da admissão (avancar do pensamento progressista) do reconhecimento da infância e da universalização da escolarização.

Os textos ilustram os limites conceituais e as tensões, i.e., a desarticulação entre o que se pensava e considerava como adequado e as práticas sociais, ou seja, o que se promovia e realizava. Traduzem, de algum modo, uma tendência civilizacional de natureza ocidental permeável a particularidades nacionais presentes no modo de encarar a infância e a escola. Abordam, globalmente, o discurso e o pensamento educacional subjacente à classificação das crianças como “normais” e “anormais” e as políticas e práticas adotadas para o atendimento das crianças (discurso médico), a par da questão da igualdade e desigualdade sob o prisma da problemática de género (lutas pela igualdade da oferta de educação, a educação relativa a crianças de classes sociais desfavorecidas).

O processo de escolarização, como surge bem vincado nas diferentes narrativas, não facilitou (diríamos, não facilita) quem não cumpria com sucesso as exigências escolares ou quem não podia frequentar a escola (exclusões). A escolarização compreendida como condição *sine qua non* de cidadania responsável e plena, ainda assim, apenas (e tão só) no quadro civilizatório dado (valores cívicos e religiosos). Representou, na realidade, um esforço de homogeneização e, porque não dizê-lo, de hegemonização cultural (e.g., doutrinação religiosa, inculcação da conformidade social, legitimação histórica, desconsideração étnica, valores morais ou regras comportamentais). Coube à racionalidade da modernização definir o “legítimo”, a escola, a instituição mobilizada para disseminar os conteúdos que servem o processo civilizatório (modernizador) na leitura do (cada) Estado-nação. O presente livro, como sublinham os autores/organizadores, apresenta “estudos bem diversificados que tanto obrigam a olhar a diferentes contextos espaciais ou sociopolíticos como a problemáticas inerentes à tentativa de compreensão da desigualdade” (pp. 12-13).

Coimbra, 3 de maio de 2018

Luís Mota

(IPC, ESE | GRUPOEDE, CEIS20, UC)